EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DO SISTEMA CAPITALISTA: UM FIM PARA A ALIENAÇÃO?

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Ana Karina da Silva Alves¹
Isabelle Rocha Fernandes²
Amanda Modesto de Oliveira³

RESUMO

A educação no sistema capitalista torna-se mercadoria passível de compra e não visa a criação de sujeitos críticos e reflexivos, contribuindo para a perda da dimensão coletiva do ser humano, tornando-o um objeto a serviço da exploração da classe dominante. É preciso avançar a um método que proporcione a emancipação dos sujeitos. Para tanto, este estudo busca discutir sobre uma educação que supere as exigências intrínsecas ao capitalismo. Concluiu-se que a Educação Popular apresenta-se como alternativa ao paradigma educacional dominante.

Palavras-chaves: Educação Popular. Capitalismo. Exploração.

ABSTRACT

Education in the capitalist system becomes subject merchandise purchase and not intended to create critical and reflective subjects, contributing to the loss of the collective dimension of human beings, making it an object of the service of the dominant class. You need to move to a method that provides the emancipation of individuals. Therefore, this study aims to discuss an education that overcomes intrinsic to capitalism demands. It was concluded that Popular Education is presented as an alternative to the dominant educational paradigm.

Keywords: Popular Education. Capitalism. Exploration.

Introdução

A temática central deste estudo, a educação popular inserida no sistema capitalista, apresenta-se como forma de resistência a exploração do capital, requerendo o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes oprimidas para que esta possa mobilizar-se para lutar por seus direitos.

¹ Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - Universidade Estadual do Ceará

² Residente Multiprofissional em Saúde - Escola de Saúde Pública do Ceará

³ Residente Multiprofissional em Saúde - Escola de Saúde Pública do Ceará

Este estudo é de natureza qualitativa. Para a obtenção dos objetivos, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Neste momento da investigação, considerou-se o aporte teórico de alguns autores que debatem as temáticas centrais deste estudo, tais como: Paulo Freire (1981, 1992, 2001), Carlos Brandão (1985), Leticia Barbosa (2009), dentre outros.

A construção do artigo deu-se a partir das reflexões coletivas e de leituras bibliográficas realizadas pelas autoras acerca da temática proposta. Para melhor exposição da temática, o trabalho encontra-se dividido em quatro tópicos: o primeiro, composto por esta introdução, a fim de preparar o leitor ao contexto apresentado ao decorrer deste artigo; o ponto seguinte, denominado de “Capitalismo: reflexão e crítica”, em que apontamos elementos que possibilitem um debate sobre a relação estabelecida entre os objetivos do capital e da classe trabalhadora; após isto há o capítulo intitulado “Educação Popular: educação para a libertação”, o qual traz um debate acerca da Educação Popular como elemento chave para uma mudança estrutural na sociedade em que vivemos; e por fim, nas Considerações Finais, retomamos alguns elementos discutidos no percurso do artigo, no sentido da afirmação de que a partir desse novo projeto de educação, é possível se constituir uma forma de resistência às premissas e valores difundidos pela ideologia dominante.

Capitalismo: um sistema baseado na exploração

O capitalismo é um sistema econômico que exerce uma relação direta com o sistema social, com as relações sociais que estão estabelecidas pelos homens entre eles e entre as coisas. Embora esteja posto como sistema econômico, o capitalismo comanda todas as esferas da vida em sociedade, é para além da lógica do mercado em si (SWEEZY, 1967). A política está atrelada ao sistema, assim como a mídia, a cultura, a arte e até mesmo as relações familiares. É sabido que em muitos níveis da sociedade, existem formas de se opor ao capitalismo, porém até esta oposição se dá por conta da existência dele.

O capitalismo utiliza a troca como meio para exercer as relações de mercado. O trabalho se torna, dentro do capitalismo, uma relação de troca entre capitalista e trabalhador. O trabalhador fornece o trabalho e o capitalista o compra fornecendo o salário em forma de dinheiro. O dinheiro se torna a finalidade dentro do capitalismo. Em muitas situações a intenção é apenas acumular dinheiro não tendo outro fim definido. Dessa forma, a ambição se torna presente em todas as classes sociais da sociedade capitalista.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, por tanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1978, p. 153).

O trabalho, na sua forma ontológica, é a relação social que torna o homem um ser social e que permite que haja interação com a natureza e com os outros homens. No sistema capitalista, o trabalho toma outra forma, pois ao invés de libertar os homens, ele aprisiona, aliena e permite a exploração de um homem pelo outro. É no capitalismo também que ocorre a divisão do trabalho, tornando o trabalhador alheio ao processo de trabalho como um todo.

O que a sociedade capitalista busca atingir em primeira instância é o lucro e em nome disso, vários setores são atingidos, como o meio ambiente e as políticas públicas. Os pobres e miseráveis são camadas da sociedade inerentes ao capitalismo e, portanto, não estão excluídos. Eles, na verdade, sustentam esse modo de sociabilidade em que vivemos. Enfim, para se gerar a mais valia da qual é extraído o lucro, o capitalismo causa diversos prejuízos sociais e ambientais.

Partimos, então, do fato indubitável de que a acumulação envolve um aumento na procura de força de trabalho. Quando a procura de qualquer mercadoria aumenta, seu preço também se eleva; e isso representa um desvio entre o preço e o valor. Sabemos que no caso de uma mercadoria comum, digamos tecido de algodão, isso porá em movimento certas forças para colocar novamente o preço em conformidade com o valor: os fabricantes de tecido de algodão terão lucros anormalmente altos, outros capitalistas serão atraídos para a indústria, a oferta de tecidos de algodão aumentará, o preço cairá até que seja novamente igual ao valor e os lucros se tornem normais. Tendo exposto assim o princípio geral, somos imediatamente impressionados por um fato notável: a força de trabalho não é uma mercadoria comum! Não há capitalistas que possam produzi-la, quando seu preço se eleva. De fato, não existe uma indústria de tecidos de algodão... No capitalismo de modo geral, o mecanismo equilibrador da oferta e procura está ausente no caso da força de trabalho. (SWEEZY, 1967, p. 77).

O homem aparece no capitalismo como mercadoria. Ele vende sua força de trabalho para sobreviver dependendo assim do capitalista. Na posse dessa mercadoria, o capitalista explora o trabalhador que, por sua vez, conquista direitos dentro do sistema fato, que diminui o impacto dessa exploração no corpo e na mente do assalariado. “Sabemos que o valor de toda mercadoria é

determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso e pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção”. (Marx, p. 155, 1978)

Desse trabalho alienado e explorado, em que há a produção de mercadorias em massa, se gera a mais valia. Delas são retirados os investimentos, os salários e o lucro do capitalista. As mercadorias são fabricadas para um fim, o comércio. Eis que surge a necessidade de que haja incentivo a um consumo exacerbado, um consumo pelo prazer de consumir. Quanto mais rápido e mais se consome, melhor para o capitalismo.

A fim de que o tempo de trabalho do operário produza valor proporcionalmente à sua duração, ele mesmo deve ser tempo de trabalho socialmente necessário. Isto é, o operário que deve executar em determinado tempo a quantidade socialmente normal de trabalho útil, e por isso o capitalista obriga o operário a que seu trabalho alcance, pelo menos, o grau médio de intensidade de acordo com a norma social. Procurará aumentá-lo o mais que possa além desse mínimo, e extrair do operário, em determinado tempo, o maior trabalho possível, posto que toda intensificação do trabalho além do grau médio lhe proporcione mais-valia. (Marx, 1978, p.18).

O capitalista percebe que existe a necessidade de controlar o trabalhador e isso é feito inicialmente através de pessoas de confiança dos donos do capital, através de intensas jornadas de trabalho, através do controle do corpo. Para que os trabalhadores não se reúnam em sindicatos e associações, isso foi, em determinados momentos, proibido. Mas, com a força dos trabalhadores unidos, vários direitos foram conquistados.

Os trabalhadores se revoltaram em um primeiro momento contra as máquinas achando serem elas a causa da exploração. Em seguida, a classe operária conseguiu visualizar a verdadeira fonte da exploração, que eram os donos do capital. A luta de classes está presente e viva dentro do sistema capitalista e em dado momentos é mais forte do que em outros, mas é através dessa contradição, conflito e luta que se geram muitos direitos que permitem uma vida mais digna para os trabalhadores, mas em outra instância, legitimam o sistema capitalista. O sistema necessita de trabalhadores controlados, portanto é garantindo direitos que é possível o convívio de opressores e oprimidos.

O trabalhador necessita vender sua força de trabalho e o capitalista necessita comprar, existindo uma relação de troca que se coloca desfavorável para a classe operária que está destituída dos meios de produção. Quando surgiram as manufaturas, o trabalhador era responsável por todo o processo de produção e detinha os meios para produzir e para vender. Os

aprendizes aprendiam todo o ofício e era necessário entender todo o processo até a finalidade que um produto tinha. Com o império do modo de produção capitalista, o trabalhador não detém meios de produção, apenas sua força de trabalho para vender.

Essa compra e venda da força de trabalho implica a separação entre as condições objetivas de trabalho – ou seja, os meios de subsistência e de produção – e a própria capacidade viva de trabalho, de tal modo que esta última é única propriedade à disposição do operário e a única mercadoria que possui para vender. (Marx, 1978, p.48).

O trabalhador na condição atual do capitalismo ganha novas formas de exploração, mas o princípio ainda é o mesmo sobre o qual pensou Marx: “à realização do trabalho está alienada em relação ao próprio operário, ou melhor, apresenta-se como fetiche dotado de vontade e alma próprias; e, ainda, que as mercadorias figuram como compradoras de pessoas.” (p.34, 1978)

[...] O erro e a fantasia são prontamente aceitos como um bom-senso evidente, e chegam a constituir a base de supostas explicações científicas. A incapacidade de compreender e a falsa consciência se infiltram em maior ou menor proporção, na estrutura do pensamento. Esse princípio se aplica com força peculiar às mercadorias e à sua produção. O pensamento a que essa forma de organização social dá origem frequentemente tem apenas uma relação remota e deformada com as verdadeiras relações sociais que são a sua essência. (SWEEZY, 1967, p. 63).

As relações de exploração entre os homens, as relações de violência, a relação da sociedade com o Estado e o processo educacional perpassam pelo modo de produção capitalista. O sistema deixa lacunas no seu funcionamento e uma delas é o conjunto de todas as desigualdades que se expressam de várias formas. Pode-se afirmar que a essência da questão social está associada intrinsecamente ao capitalismo. Essa desigualdade precisa ser gerenciada para que não seja grande o caos que provoca o capitalismo.

O sistema capitalista sofre com crises cíclicas. Um exemplo clássico é a crise de 1929 na qual houve uma grande produção de mercadorias pelos Estados Unidos da América. Com o aumento de produtos no mercado, os preços caem para que se aumente o consumo. Esse processo ocasiona uma turbulência no mercado financeiro que culminou na grande crise mencionada acima.

[...] A escassez ou o excesso se reflete nos preços de venda superiores ou inferiores aos valores. Uma tendência compensadora entra em funcionamento; a produção de mercadorias que eram vendidas abaixo do valor se reduz, ao passo que a produção de mercadorias que eram vendidas acima do valor se amplia. Se as condições (métodos de produção, necessidades dos consumidores, produtividade do trabalho, etc.) não se modificarem, finalmente as proporções corretas serão descobertas, depois de erros e tentativas, e a partir de então os preços de venda corresponderão aos valores. Na prática, porém, as condições se modificam continuamente, de forma que a conformidade dos preços de venda com os valores é, na melhor das hipóteses, aproximada e temporária. (SWEEZY, 1967, p. 186 e 187).

As crises e as pressões dos trabalhadores levaram o capitalismo a outro patamar que foi o Estado de Bem-Estar Social vivenciado com mais força a partir da década de 1940. Nesse momento do capitalismo, o Estado se faz mais presente com incidência de políticas sociais. O trabalho é mais estável e o sistema de garantia de direitos funciona com mais força. Esse modelo se esgota dando espaço para o neoliberalismo que se contrapõe ao estado de bem-estar social apresentado e legitima um Estado mínimo, com políticas sociais fragmentadas e com o trabalho instável e precário.

Atualmente, o trabalho ganha uma nova forma. Existe uma gama de trabalhadores informais, terceirizados, sem garantia plena de direitos. Os trabalhadores se submetem a salários baixíssimos para sobreviver. Existem também trabalhos subumanos que são legitimados pela sociedade. Como exemplo, temos a profissão de catadores de lixo, fração do exército industrial, pois de alguma maneira, essa camada da sociedade precisa sobreviver. Muito embora não deixem de existir aqueles que estão efetivamente sofrendo desemprego.

A solução de Marx para o problema gira em torno de seu famoso conceito de “exército de reserva do trabalho”, ou, como o denominou também, população excedente relativa. A reserva consiste em trabalhadores desempregados que, através de sua concorrência ativa no mercado de trabalho, exercem uma pressão constante no sentido de reduzir o nível de salários. (SWEEZY, 1967, p. 63).

A contradição está presente na sociedade capitalista. Fundamentalmente existem duas classes antagônicas: a classe operária e a classe capitalista, culminando na luta de classes em que cada classe defende seus interesses. A classe capitalista explora o trabalhador que reage e conquista direitos.

Educação popular um avanço social e pedagógico.

O sistema capitalista utiliza a educação nas escolas para legitimar sua ideologia. O ensino que é empregado atualmente no Brasil, não visa à criação de sujeitos críticos com capacidade reflexiva da realidade, pois não é interessante para a manutenção do sistema hegemônico. Na verdade, o sistema precisa de força de trabalho manipulável.

Paulo Freire, um dos maiores pensadores da educação popular, visa à criação de uma educação para despertar nos indivíduos a participação ativa, crítica e reflexiva. Ele leva em conta a condição histórica do Brasil que, segundo ele, é inexperiente em matéria de democracia.

A educação é basicamente encarada como aquele processo que visa preparar o educando para participar, não só do ambiente social mais restrito (escola e comunidade), mas também das mudanças sociais que estariam ocorrendo na sociedade como um todo, ou seja uma educação que instrumentalize o homem brasileiro para participar dos desafios de uma época de “transito. (MANFREDI, 1981, p. 60).

A educação popular pretende que os indivíduos alcancem a liberdade e, para tal, é necessária uma transformação revolucionária. Os indivíduos em interação na sociedade devem estar em uma permanente reflexão, baseados no diálogo.

[...] a educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento [...] (BRANDÃO, 1985, p. 73).

Quando é afirmado na citação acima ser a educação a responsável pela formação de sujeitos de acordo com as exigências de sua sociedade, ele não está supondo a educação como meio de libertar ou emancipar. Conceber a educação nesse sentido é a afirmação da capacidade humana de se adaptar à sociedade na qual vive em um dado momento histórico. Na concepção da educação popular, os sujeitos criam sua própria metodologia de ensino a fim de lhes possibilitar alcançar a emancipação. Ser sujeito emancipado é ser autônomo capaz de construir ativamente a própria história, ser sujeito crítico e reflexivo da própria história.

Em síntese, educação popular é um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeando por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade (BARBOSA, 2009, p.133).

Nenhuma prática educativa é neutra. Todas elas têm uma intencionalidade e a educação popular tem a intenção de libertar, de educar para a mudança, pois ela é comprometida politicamente com a classe trabalhadora. Já a educação tradicional visa à alienação dos indivíduos a fim de torná-los “dóceis” frente à dominação e exploração a que estão submetidos. Por que é tão difícil ter aulas de filosofia ou sociologia na escola? Deve ser pelo fato de instigar à reflexão e isso não é positivo para os detentores do capital.

A educação popular tem uma forte ligação com os movimentos sociais, pois fortalece a organização dos grupos a partir da realidade posta, tem uma posição de classe definida e tenta levar as massas para atividades revolucionárias. “A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção humana” (FREIRE, 1981, p. 08).

Freire (1979) vem explicar que o homem é um ser inacabado e, portanto, está em constante busca de aprender coisas novas e nisso está a raiz da educação. O autor explica ser essa busca coletiva. Se o homem busca conhecimento sozinho, sua consciência se coisifica. A tendência atual do capitalismo é incentivar o individualismo, a competição. O reconhecimento que uma massa tem uma unicidade torna-se, então, difícil.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 1979, p.14).

A educação ofertada à maioria da população é essa que incentiva o individualismo e perde a dimensão coletiva do ser humano, tornando-o uma coisa, um objeto a serviço da exploração da classe detentora do poder. “Há uma imoralidade radical na dominação, na negação do ser

humano, na violência sobre ele que contagia qualquer prática restritiva de sua plenitude e a torna imoral também.” (FREIRE, 2001, p. 45)

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 2001, p. 35).

Para uma redução nos índices de analfabetismo, muitas vezes é considerado alfabetizado aquele que sabe desenhar o nome. Crianças que cursam o 5º ano do ensino fundamental não sabem ler, nem escrever, mas passam para o 6º ano somente para o Estado ter como comprovar o aumento da porcentagem de crianças matriculadas na faixa etária ideal àquele ano de ensino. Freire (1979) nos traz o sentido de uma educação mais abrangente a qual permita o desenvolvimento das capacidades de problematizar e entender a condição humana, contrária à educação tradicional.

De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas devida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. A da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão do que Whitehead chama de *inert ideas*— “Ideias inertes, quer dizer, ideias que a mente se limita a receber sem que as utilize, verifique ou as transforme em novas combinações”. (idem, p. 100).

Freire traz metodologicamente maneiras de ensino que permitem relações horizontais, como é o caso dos círculos de cultura. Os círculos de cultura têm o objetivo de proporcionar aos participantes uma leitura de mundo fincada nas várias realidades apresentadas pelos participantes. Neles é escolhido um tema problematizador, então são apresentadas figuras expositivas que representam esse tema. Dessa forma, se estabelece um diálogo no qual as pessoas são valorizadas por seus saberes. A partir de suas vivências, os participantes vão (re)significando suas formas de ler o mundo, trocando saberes e construindo formas de intervir na realidade.

O educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai

tornando também significador crítico. Mais do que ser educando por causa de uma razão qualquer, o educando precisa tornar-se educando assumindo-se como sujeito cognoscente e não como incidência do discurso do educador [...] (FREIRE, 1992, p. 24).

A Educação Popular utiliza o saber da comunidade, pois os indivíduos são ativos construtores de sua própria história e do conhecimento. O conhecimento surge no cotidiano - de que adianta a um agricultor aprender sobre logaritmo se as plantações estão necessitando de maiores cuidados - O conhecimento sobre o desenvolvimento das plantas seria bem mais útil aos agricultores.

É preciso conhecer a real necessidade de uma comunidade antes de impor uma educação, pois será bem provável que a educação proposta falhe na sua missão primordial de promover a aprendizagem significativa. O povo tem cultura e identidade próprias e que precisam ser expressas através da educação a fim de se conservá-las e mantê-las. O sistema capitalista está impondo valores, está massificando a cultura, está alienando em nome do consumo e da exploração não só da força de trabalho, mas também da mente através da tentativa de colocar em segundo plano a cultura popular.

Um dos princípios da educação popular é o diálogo. O educador e o educando trocam saberes. A transformação social e a liberdade são eixos guias da educação popular. A educação trazida por Paulo Freire é uma ferramenta capaz de levar os oprimidos a alcançarem a emancipação. Através de um trabalho pedagógico, a educação popular visa à liberdade dos indivíduos, pois os oferecem subsídios necessários ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre a realidade. Sendo assim, a Educação Popular visa a ampliação da participação do povo, valorizando os saberes dos mais velhos e respeitando o direito de todos serem ouvidos e respeitados em suas vontades.

As pessoas têm uma visão individualizada, pois a cultura capitalista nos impõe esse modo de ler o mundo. Buscam, dessa forma, soluções pontuais para problemas amplos. As instâncias de participação popular se organizadas para refletir sobre determinados problemas podem, através da Educação Popular, construir uma mentalidade coletiva.

De acordo com o último censo brasileiro realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil é de 3,9 % de pessoas entre 10 a 14 anos e 9,6 % de pessoas com 15 anos ou mais, diante de uma população de 190.755.799 habitantes. O percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto, de acordo

com o censo 2010 realizado pelo IBGE, caiu de 65,1% em 2000 para 50,2% 2010, caracterizando um analfabetismo funcional. O percentual de pessoas com o curso superior completo é de 7,9% taxa extremamente baixa. A porcentagem, no mesmo censo supracitado, de jovens fora da faixa escolar é de 3,1%.

Existe um conjunto de fatores internos e externos à escola, os quais muitas vezes inviabilizam a frequência escolar principalmente quem vive numa condição de pobreza. O educando vive uma realidade e, quando chega à escola, lhe apresentam uma alheia ao seu contexto social. Isso gera, no educando, a falta de interesse nos assuntos trabalhados na escola. Como consequência imediata disso, tem-se a evasão e o fracasso escolar.

Os índices citados podem não mostrar exatamente a realidade, mas preocupa pensar que mais de 50% das pessoas no Brasil não são escolarizadas. O que mais preocupa, no entanto, é saber que boa parte da população escolarizada não recebe a educação de qualidade. A instrução nos moldes capitalistas desvaloriza o saber de cada um e marginaliza o povo em detrimento da alienação conteudística e assignificativa.

Como se vê, os altos índices de analfabetismo e de baixo nível de escolaridade brasileiros se devem também à proposta massificadora e desvinculada da realidade sociocultural do povo. A população, por não se identificar com o modelo educacional vigente, acaba rejeitando ou desistindo dele.

[...] Não é um “método conscientizador”, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É a negação de uma educação dirigida “aos setores menos favorecidos da sociedade” ser uma forma compensatória de tornar legítima e reciclada a necessidade política de preservar pessoas, famílias, grupos, comunidades e movimentos populares fora do alcance de uma verdadeira educação. Ela procura ser, portanto, não a afirmação da possibilidade de emergência de uma nova educação “para o povo”- o que importaria a reprodução legitimada de “duas educações” paralelas, condições da desigualdade consagrada- mas a da necessidade da utopia de transformação de todo o projeto educativo a partir do ponto de vista e do trabalho de classe das classes populares. (BRANDÃO, 2006, p.50).

A citação acima explica a necessidade dessa mudança radical no modelo educacional. Tal educação não prepara para a vida, mas sim para a exploração do trabalho e para o consumismo exacerbado. A Educação Popular é uma proposta ousada por se tratar de um método que pressupõe a construção de metodologias junto ao povo, necessária no combate à alienação e na conscientização popular.

Propor uma educação que tenha o respeito ao saber alheio é, portanto, necessário. É preciso acabar com as hierarquias nas salas de aula, a fim de garantir a participação igualitária de todos os envolvidos no processo educativo. O ensino formal pode transformar-se em popular através da luta e conquista dos espaços de poder pelo povo e a educação tem um papel primordial nessa luta.

No sistema capitalista, as pessoas se coisificam, pois o que lhes é próprio de humano é minimizado. A consciência humana é limitada hoje de várias maneiras através da mídia e, principalmente, da internet que permitem que o homem tenha respostas rápidas e prontas. A alienação, quando a consciência torna-se desconhecida do próprio indivíduo, é um fator que limita muito a consciência dos homens os quais estão, muitas vezes, alheios ao seu próprio trabalho. Os que precisam pensar para realizar um trabalho estão limitados às amarras do capitalismo que condicionam a consciência através da educação. Freire explica que não só os oprimidos estão limitados, mas também os opressores que criaram um sistema o qual também os controla e condiciona (FREIRE,1981).

A cultura popular é a diretriz básica da Educação Popular. Construída pelos trabalhadores, ela tem grande relevância quando se pretende organizar uma proposta educacional abrangente e geradora de aprendizagem significativa. Quando não se leva em consideração a cultura popular, a educação falha e exclui. É preciso valorizar o povo e sua cultura. Na Educação Popular isso se torna possível.

Considerações finais

Os elementos expostos remetem para algumas considerações sem a intenção de serem conclusivas. As questões apresentadas e discutidas no decorrer deste artigo apontam para a afirmação de que a educação popular constitui-se como possibilidade para a quebra do paradigma de uma educação que legitima o sistema alienador de todas as classes presentes nele.

Visa à transformação de uma realidade, norteando o caminho da construção da consciência alcançada por si só, haja vista que esta é única e individual, devendo ser construída pelo próprio indivíduo. A Educação Popular é importante para a transformação da realidade social, atentando para o fato de que o sistema capitalista é imbuído de valores, ideias e ideologias, que já foram enraizadas na cultura da nossa sociedade. O reconhecimento deste fator,

obviamente, requer um esforço para não acreditar em uma visão messiânica dessa forma de educação sobre as imposições Capital.

Ou seja, a superação desse sistema, alicerçado na exploração do homem pelo homem, pode ser conquistada aos poucos, mediante o conhecimento transmitido com base nessa proposta de educação, que apresenta possibilidades concretas de transformação.

O que propomos neste artigo é apenas uma reflexão sobre o sistema capitalista e uma forma de levar através da educação uma alternativa para compreender de que forma somos explorados dentro de um sistema desigual que precisa da miséria para se manter. É necessário avançar numa educação humana que permita deixarmos de ser coisificados, apresentamos ao longo do trabalho a educação popular como forma alternativa, sabendo que não se esgota nessa proposta e que esta não é uma verdade, mas apenas uma maneira de pensar sobre o sistema em que vivemos e a educação que queremos.

Referências

BARBOSA, Leticia R. **Movimento de cultura popular**: impactos na sociedade pernambucana. Recife: Ed. do Autor, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e educação popular**. 2º edição - São Paulo: Cortez, 1981.

Governo Do Estado do Ceará. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/stdsv3/Missao.asp>>. Acesso em 14 mai. 2011.

MARX, Karl. **O capital**. 1º edição – São Paulo: Saraiva, 1978.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 2º edição – Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.